

Moção B. MAIS BLOCO

O Bloco de Esquerda atravessa um bom momento. Os últimos resultados eleitorais nas regionais na Madeira, nas legislativas e presidenciais permitiram inverter o quadro de declínio verificado a partir de 2011. Conquistou-se o maior grupo parlamentar de sempre e os melhores resultados numa candidatura à Presidência da República. Afirmou-se uma nova geração de dirigentes – mulheres, jovens e combativas.

Evoluímos com acerto tático no desafio ao PS na campanha eleitoral e em relação ao acordo de incidência parlamentar, ultrapassando-se resquício de velhos sectarismos. **O Bloco tornou-se uma força incontornável na sociedade portuguesa.** Trabalhadores, mulheres, jovens, intelectuais, pensionistas e reformados, olham-nos com confiança e expectativa.

As pressões austeritárias da Europa e da direita sobre o governo, fazem com que o aprofundamento do acordo com o PS, seja complexo, embora desejável, no sentido de prosseguir o desmantelamento da política de austeridade e a reposição de direitos sociais, construindo alternativas que se traduzam na vida dos trabalhadores e da população em geral. Assim alargaremos a nossa influência política e social e chegaremos a mais e mais pessoas que continuam alheadas da nossa ação política.

Esta é a altura ideal para aprofundar o enraizamento local e aperfeiçoar o carácter democrático do BE. Não basta dizer que isso é um processo permanente, **é preciso assumir com toda a clareza que este é o momento para um grande impulso nesse sentido.**

Apresentamo-nos à X Convenção com independência de pontos de vista, afirmando com toda a clareza e frontalidade que é, num quadro plural, mas dentro dos órgãos do Bloco, da base ao topo, que queremos construir as sínteses necessárias para a nossa intervenção política.

A Moção B, Mais Bloco, é o resultado da fusão das Moções B e C. Viemos de experiências diferentes no Bloco de Esquerda. Independentemente da forma e do estilo com que nos apresentámos, a margem de convergência e de identidade de pontos de vista e de propostas é grande e une-nos sobretudo a disposição e a vontade de construir um Bloco maior, mais plural e mais democrático. É de mais Bloco que precisamos!

Por um grande impulso

O Bloco de Esquerda precisa de se organizar e suprir as dificuldades que fazem com que, 17 anos depois da sua fundação seja tão frágil a militância em grande parte dos concelhos do país, sem estruturas a funcionar, sem núcleos de empresa ou de escolas.

Torna-se assim indispensável tomar um conjunto de medidas com carácter imediato que adequem a organização aos grandes desafios que enfrentamos.

Dez medidas imediatas a tomar pela Direção do Bloco

- **Prestar todo o apoio às organizações de base, reorientando o corpo de funcionários para a valorização e acompanhamento às regiões e às concelhias em particular.**
- **Criar coordenadoras de âmbito subdistrital ou interconcelhio, onde o BE é mais fraco, designadamente no interior do país, de modo a apoiar diretamente a implantação e a consolidação organizativa.**
- **Criação de novas coordenadoras concelhias nos concelhos com, pelo menos, 30 aderentes.**
- **Dinamização de actividades nas diferentes localidades, incentivando a criação de núcleos de residência, empresa ou escola.**
- **Elaborar um plano de alargamento e reforma da rede de sedes, de modo a torná-las ponto de encontro de diferentes activismos, local de debates políticos e de iniciativas culturais.**
- **Incentivar a que a consolidação organizativa corresponda a uma progressiva estruturação do trabalho por grandes áreas temáticas numa perspetiva coletiva de coordenação, baseada na responsabilização e no compromisso individual.**
- **Revalorizar e dinamizar o *site* bloco.org como espaço reservado à vida interna do Bloco e às suas dinâmicas, com a criação de uma rede digital aberta que promova a auscultação regular dos aderentes e a circulação permanente de informação.**
- **Reorganizar e alargar grupos de trabalho que preparem respostas setoriais consistentes. Os grupos devem ser inclusivos, sem sectarismos nem discriminações, e articulados com o grupo parlamentar, mas não como sua emanção ou satélite.**
- **Criar uma escola de formação política no Bloco, diferenciando-a de iniciativas sincréticas, como a Cultra e a Vírus, que passarão por um incontornável processo de redefinição e reestruturação.**
- **Assegurar que o Orçamento do Bloco a partir de 2017 reflita estas prioridades.**

O Bloco tem de deixar de ser um partido parlamentar eleitoralista que manifesta pouca confiança na capacidade de autonomia dos aderentes, organizados nas estruturas locais para

ser um partido enraizado nas empresas e comunidades, de modo a que à expansão da nossa representatividade institucional corresponda uma organização estruturada na base. O voto eleitoral é volátil, a organização é consistente e duradoura.

Hoje precisamos de muito mais do que campanhas de propaganda produzidas por um corpo central de funcionários na sede na Rua da Palma, que desconhecem o estado da organização e o que se passa em baixo, na periferia dos grandes centros urbanos e no interior, e encaram a base do BE apenas para colar cartazes e distribuir jornais.

Defendemos que a intervenção política do Bloco deve radicar numa dinâmica articulada entre a Comissão Política e as organizações nos locais de habitação e de trabalho e compatibilizada, por valorização recíproca, com o grupo parlamentar.

Acerto tático e orientação política

Orientamo-nos para uma sociedade que garanta constitucionalmente e assegure na prática amplos direitos económicos, sociais e cívicos e ampla proteção social. **O combate ao desemprego e ao trabalho precário constitui um aspeto absolutamente central deste caminho.**

Não esquecemos como a direita, politicamente derrotada, se divide entre o ressabiamento e os que, adocicando o discurso, pretendem recompor o centro político fraturado, restaurando a lógica de rotativismo dominante durante décadas para abrir caminho ao regresso da direita ao poder.

Levaremos este acordo de incidência parlamentar tão longe quanto possível, pela proposta e pela alternativa, e faremos todos os possíveis por mantê-lo, traduzindo-o ao longo da legislatura em medidas concretas. Mas sabemos como a pressão da direita e sobretudo da União Europeia vai procurar condicionar a ação governativa, formulando sucessivas exigências de austeridade.

Em caso de quebra ou descaminho do atual quadro governativo não serviremos de muleta de apoio a nenhuma solução de governo que desenvolva intentos contrários à defesa do Trabalho, à promoção do rendimento e dos direitos das classes trabalhadoras, à dignidade e à proteção aos idosos, aos pobres e aos excluídos.

A resposta que será indispensável construir nessa circunstância, que configuraria um novo quadro político, não deixará de ter em conta as diferenciações e ruturas que poderão surgir no seio do próprio PS, procurando favorecer uma recomposição da esquerda, com vista a impedir

o regresso da direita, para o que se torna igualmente necessário atrair outros setores da esquerda socialista e independentes que fizeram experiências de organização recentes, tanto nas eleições legislativas como nas presidenciais.

É naturalmente necessário continuar a procurar convergências com o Partido Comunista, importante aliado no combate contra a austeridade e o neoliberalismo, o que num imprescindível quadro de respeito mútuo não deve apoucar-se com ressentimentos estéreis. O BE procurará relacionar-se com o PCP com a normalidade e a dignidade que os cidadãos que confiam nestes dois grandes partidos da esquerda portuguesa deles exigem.

Nesse largo caminho de convergência e de ação conjunta, o Bloco coloca-se, pela iniciativa, no centro do processo e, sem perder autonomia nem ficar dependente de ninguém, empenha-se decisivamente em ultrapassar o clima de desconfiança e de querelas sectárias, extravagantes e inúteis que têm bloqueado caminhos à esquerda, com maturidade, sentido de responsabilidade e acerto tático.

Contribuir para inverter a tendência de refluxo do movimento social

As grandes manifestações do 25 de Abril e do 1º de Maio, buzinações em várias regiões do país, concentrações, por vezes acompanhadas de formas larvares e espontâneas de resistência ativa não têm conduzido ao fluxo do movimento social. O que a atual correlação de forças parlamentar já conseguiu, deverá ser prosseguido sem cedências à chantagem da Europa, mas só um movimento de massas reivindicativo e combativo constitui garantia segura do efeito e alcance do que se for reconquistando.

Ao BE requer-se que contribua para a dinamização desse movimento, com o envolvimento dos aderentes no movimento sindical, nas Comissões de Trabalhadores e nos movimentos sociais, no sentido de elevar os níveis de mobilização e combatividade em torno de agendas reivindicativas concretas de carácter progressivo.

Defendemos os direitos do Trabalho, a reorganização dos serviços públicos de proximidade, particularmente no interior, com reabertura e ampliação das redes de escolas, centros e

extensões de saúde, unidades residenciais e de cuidados continuados, tribunais e repartições de finanças.

Atentos, através dos núcleos e das concelhias a todas as lutas travadas nas suas áreas de intervenção, quer sejam empresas, escolas, centros de saúde, hospitais, bairros, apoiando-as, incentivando a denúncia e a resolução dos problemas concretos, articulando esse trabalho com as estruturas distritais/regionais e com o grupo parlamentar, estaremos a consolidar o nosso enraizamento local.

No centro da atividade do Bloco está a defesa das populações e a promoção duma cultura de participação e de cidadania ativa.

O estímulo ao desenvolvimento do sector produtivo nacional, implicando formas de reindustrialização, reforma do regime fundiário, incentivo às actividades económicas ligadas ao mar, domínio público de sectores económicos estratégicos, com reversão de privatizações e controlo sobre o sistema financeiro, se tem em vista uma menor dependência externa e o incremento de formas sociais de propriedade, não perde de vista o objectivo do combate ao desemprego e ao trabalho precário num quadro de desenvolvimento económico, que inverta o ciclo longo que a adesão à União Europeia impôs.

Queremos colocar o nosso activismo ao serviço das populações pobres e excluídas na mobilização de vontades para suprir necessidades básicas, numa lógica desburocratizada de auto-organização local, com expressão em formas diferenciadas de economia social, designadamente de base cooperativa, a que devemos prestar particular atenção.

Defendemos a reutilização económica e social dos espaços industriais e comerciais abandonados, sob a forma de arrendamento ou expropriação, assegurando apoio técnico, linhas de financiamento bonificado e outros benefícios fiscais ou apoio na distribuição. Sustentamos que o estado deve dar prioridade, nos contratos e concursos públicos, às cooperativas e a outras formas de economia social.

O objetivo estratégico dos fundos comunitários tem de ser o combate à pobreza e ao desemprego, uma política de desenvolvimento económico que elimine as assimetrias entre o litoral e o interior.

Com o socialismo no horizonte , o BE procura por todos os meios contribuir para a inversão deste prolongado ciclo de refluxo, respondendo à pressão austeritária e desobedecendo aos ditames da UE. A expressão parlamentar deste objetivo, traduzida em medidas concretas, pode ser um incentivo importante nesse sentido.

Por uma alternativa ecossocialista

O modelo de desenvolvimento económico tem-se pautado pela desvalorização e depauperização dos equilíbrios ambientais. O BE defende a transição ecológica baseada na diminuição progressiva do recurso às energias fósseis e à produção de materiais esgotantes e contaminantes, adequando o desenvolvimento tecnológico à sustentabilidade ambiental, no respeito pelos limites e ritmos da natureza e com capacidade para reciclar e reutilizar duradouramente o capital natural planetário. Para tal torna-se necessário mudar o atual paradigma tecno-científico, com tudo o que isso implica no relançamento da atividade económica.

A criação de novos empregos deve ser acompanhada pela diminuição da semana de trabalho, dividindo o trabalho pelos braços disponíveis, aumentando o valor das remunerações e ultrapassando a lógica capitalista.

O desenvolvimento científico e tecnológico deve ser posto ao serviço da sustentabilidade ambiental, criando condições, coercivas se necessário, para que a atividade industrial se possa depurar dos níveis irresponsáveis de contaminação ambiental sobre as águas, os solos ou o ar e que estão a provocar preocupantes alterações climáticas.

Defendemos a redução dos pesticidas e herbicidas, como o glifosato, a interdição do nuclear, a não prospeção de petróleo na costa sudoeste a sul de Setúbal e no Algarve, a realização de estudos epidemiológicos que façam o diagnóstico rigoroso dos efeitos das indústrias poluentes sobre os trabalhadores e as populações, a proteção dos recursos hídricos e o recurso a formas de agricultura biológica.

Quanto às acessibilidades e ao ordenamento do território, defendemos a prioridade à ferrovia e o desincentivo ao uso da viatura própria, particularmente nas grandes cidades e nas suas

periferias, a valorização da reabilitação urbana em detrimento da expansão dos centros populacionais.

O BE sublinha a importância dos movimentos sociais e das diversas lutas de denúncia e resistência de natureza ambiental , solidariza-se e integra-se no combate pelo desenvolvimento de uma visão civilizacional alternativa - ecossocialismo - centrada na consideração da natureza como um dos pilares do desenvolvimento económico e social, operando a síntese entre uma ecologia necessariamente anticapitalista e um socialismo depurado da lógica do produtivismo

Consolidação organizativa e ligação às populações

Encaramos em 2017 as eleições autárquicas, as mais difíceis para o BE ao exporem de modo mais evidente as nossas fragilidades organizativas, no contexto do aprofundamento de uma linha política aberta, desafiante e audaz, no sentido da consolidação do crescimento da nossa influência política e da capacidade de construir uma organização capaz de enfrentar esses desafios, crescendo e reforçando-se.

A nossa limitada expressão local condiciona a capacidade de apresentação de listas na maioria dos concelhos e freguesias do país e tem reflexos nos resultados modestos e, nalguns casos mesmo inexpressivos. Estando cientes de que estas eleições constituem a próxima batalha eleitoral do Bloco, não poderemos relegar para segundo plano a preparação desse processo, sob pena de evidenciarmos um desequilíbrio ainda mais acentuado entre eleições nacionais e eleições locais.

O aspeto central da nossa intervenção reside na capacidade de nos basearmos, com firmeza e como condição indispensável, em programas fortes de defesa dos interesses das populações e da sua qualidade de vida, de afrontamento aos interesses locais, à especulação e ao caciquismo; incentivando e respeitando as especificidades locais e a autonomia das organizações concelhias, as mais habilitadas a dar resposta a essas especificidades.

Assim, não descartaremos nenhuma possibilidade de acumular forças e de nos afirmarmos em todos os órgãos autárquicos, seja com listas próprias, fomentando ou integrando-nos em listas

unitárias e cidadãs, convergindo com ativistas sociais ou participando em coligações à esquerda.

Neste contexto, nenhuma destas possibilidades constitui orientação geral, nenhuma se sobrepõe às restantes e nenhuma deve ser excluída, no sentido de que todas nos permitem intervir com dedicação, sentido de mudança e com o objetivo de eleger vereadores e membros de Juntas de Freguesia que se distingam na defesa dos interesses das populações, pelo que o apoio aos autarcas eleitos deve constituir um compromisso de toda a organização.

Não podemos correr o risco de sermos considerados responsáveis pela eleição de executivos autárquicos de direita por causa por causa do nosso sectarismo.

Em todas as Concelhias é tempo de tomar iniciativa e começar a definir as estratégias autárquicas, designadamente:

- Proceder a um **levantamento** das situações e problemas que constituam a base de um programa de intervenção autárquica, envolvendo o máximo de pessoas que for possível e ouvindo também instituições da sociedade civil, como corporações de bombeiros, coletividades de cultura e recreio e organizações sociais.
- **Participar nas Assembleias** Municipais e de Freguesia.
- Usar as redes sociais a imprensa local e todos os meios de comunicação e propaganda, ao nosso alcance, nomeadamente boletins concelhios, mupis e outdoors, para divulgação das nossas propostas locais.
- **Apoiar e incentivar lutas sociais** relacionadas com a má gestão autárquica.
- Iniciar o processo de constituição de listas aos órgãos autárquicos e de direção de campanha.

Educação, Cultura e disputa de hegemonia

As funções sociais do estado foram alvo de uma ofensiva em larga escala. Quiseram tornar as escolas públicas em empresas socialmente cegas, não democráticas e pedagogicamente retrógradas, enquanto se desinvestia na ciência, na investigação e no ensino superior. Todo o capital humano associado foi fustigado pela instabilidade laboral e pelo desemprego. É fundamental iniciar um processo de reversão desta situação.

Defendemos a escola pública com qualidade, que restitua as verbas retiradas, nomeadamente ao Ensino Especial, que dignifique a carreira docente e dignifique todos os funcionários, que

promova uma política de proximidade com as populações, ao invés da formação de mega agrupamentos e rejeite os contratos de associação que encubram o apoio do estado às escolas privadas.

Na defesa da Escola Pública propomos o lançamento de um movimento que inclua toda a comunidade educativa, que possa repensar a Escola como um espaço inclusivo, de qualidade, e democrático.

O BE defende a difusão e democratização dos produtos culturais por qualquer via, incluindo a digital, promovendo o acesso universal ao conhecimento e a preservação de um património e memória coletivos como práticas democráticas ativas.

A disputa hegemónica que se trava no campo da cultura justifica que as organizações do BE dediquem particular atenção à intervenção neste setor, combatendo a iliteracia e fomentando o debate, a formação, formal ou informal, e o apoio a movimentos e iniciativas próprias, de que o Desobedoc é exemplo, promovendo e apoiando redes e iniciativas de pensamento crítico e alternativo contra a inculcação ideológica da direita.

A luta feminista no ADN do Bloco

A luta feminista faz parte do ADN do Bloco. Propõe uma outra dimensão à humanidade, potencia e afirma a democracia, impõe justiça, inscrevendo-se na primeira fila das lutas prioritárias, numa sociedade que ainda se articula sob a matriz ancestral do patriarcado.

O Bloco fez a diferença ao apresentar, na sua liderança, uma tríade de mulheres, que cedo granjearam tanto o respeito e consideração de largos sectores da população, como reacções históricas da direita retardada e provocadora.

Contudo, a visibilidade que hoje algumas mulheres têm na política não pode mascarar a eterna questão da desigualdade que obstinadamente subsiste, agravada dia a dia pela crise económica, pelas guerras, pelo triunfo do pensamento neoliberal.

A desigualdade notória na discriminação salarial, no ascender ao topo das hierarquias, na divisão sexual do trabalho, máxime no trabalho doméstico, a que se soma o quadro terrífico da violência doméstica com o seu arrastão de vidas roubadas, prova dramaticamente que a questão feminista continua na ordem do dia, devendo integrar de facto e de direito a agenda do bloco.

As vertentes do feminismo devem interagir, interferir, intervir na sociedade como um todo, procurando integrar o político, o organizativo, o social, contribuindo, deste modo, não só para uma contínua renovação e aprofundamento da democracia, mas também para a transformação da paisagem física e ética do mundo em que nos coube viver.

Do mesmo modo devem ser tratadas outras causas civilizacionais: LGBT, racismos, xenofobias, não apenas através da visibilidade do Parlamento, mas promovendo acções que levem a uma efectiva mudança de mentalidades, no respeito pelas diferenças, com incidência prioritária nas camadas mais jovens, projectando campanhas eficazes e oportunas e não baseadas em meras intervenções mediáticas.

Alianças pela mudança na Europa

O abrandamento das economias emergentes, o ciclo em baixa do preço do crude e de outras matérias-primas, o nervosismo e os picos de queda nas bolsas internacionais, a desvalorização de ativos que em muitos casos se revelaram verdadeiros embustes e a fragilidade da banca europeia como elo fraco da financeirização mundial, enleada no seu próprio veneno especulativo, tornam estes tempos incertos e complexos na Europa e no mundo.

A possível aprovação do Tratado Transatlântico esboça quadros de destruição da soberania alimentar, da apropriação dos bens comuns e da destruição das poucas válvulas de segurança na qualidade das águas e dos alimentos, ameaçando com a mercantilização voraz e desregulada à escala global.

A ofensiva contra forças progressistas na América Latina, designadamente o processo inacreditável pela destituição de Dilma, no Brasil, a guerra por estancar na Síria e nas regiões adjacentes e a consolidação e expansão da violência e da intolerância sob manto religioso, cujas verdadeiras origens e interesses acoplados as potências capitalistas e a NATO não querem combater, traçam-nos um quadro marcado por erupções político-militares e preocupantes cenários de guerra prolongada, exigindo de nós solidariedade ativa com velhas e novas causas internacionais – da Palestina ao Curdistão ou ao Sahara, assim como a saída da NATO.

Na Europa, em nome do Tratado Orçamental, a imposição da austeridade viola os direitos do trabalho, exclui criminosamente os mais pobres dos pobres e procede ao empobrecimento de largos setores sociais intermédios, gerando profundas desigualdades. A gestão amuralhada da

crise dos refugiados, o acordo miserável com a Turquia ou as ameaças à livre circulação no espaço europeu representam recuos sérios em matéria de direitos humanos. Nalguns países ganham terreno movimentos e governos de extrema-direita, xenófobos, numa inquietante revivescência fascizante.

Neste contexto e no quadro da moeda única, com todas as suas deficiências de conceção e as assimetrias que causou, a grande questão que se coloca é a da capacidade de reconstrução de um modelo europeu democrático e solidário que respeite a soberania dos povos, a partilha de recursos pelos que mais deles necessitam, traduzido em fortes políticas sociais públicas e na gestão partilhada e sustentada dos bens comuns. As questões que se colocam em termos da saída ou da sobrevivência do euro enquadram-se neste grande combate em curso.

Ainda que o desenvolvimento de partidos com expressão popular e eleitoral à esquerda, como o BE, o Podemos ou o Sinn Fein, seja encorajador, as dificuldades são enormes e a conquista de maiorias sociais nos diferentes países é necessariamente um processo prolongado.

Verificam-se, por outro lado, sinais de diferenciações na social-democracia, de que Corbyn no Partido Trabalhista britânico é o mais expressivo, de questionamento dos efeitos do diktat europeu que merecem ser seguidos atentamente, com vista à agudização de contradições internas nos partidos sociais-democratas bandeados com o neoliberalismo.

O acordo do BE com o PS, mesmo nas suas limitações, constitui um bom exemplo internacional, o mesmo acontecendo com iniciativas como a Conferência Internacional contra a Austeridade e pela Democracia na Europa, realizada este ano em Atenas, a par de outras manifestações internacionais em convergência com uma constelação de movimentos e grupos de cidadãos numa mobilização contra a austeridade.

No combate contra a pressão financeira sobre a dívida, exigindo a sua renegociação, as mudanças em matéria de políticas governativas, tanto quanto possível sustentadas por um movimento social independente e desafiante em cada país, num contexto europeu ponderado globalmente, permitirão configurar a frente europeia contra a austeridade, alavanca indispensável para alterar as políticas europeias, invertendo a atual correlação de forças.

Organização e democracia interna

Apesar de alguns desenvolvimentos em matéria procedimental ocorridos desde a última convenção, para o que muito contribuiu a inexistência de uma maioria clara dentro do partido, a vida interna do BE continua a apresentar situações inadmissíveis numa organização democrática que urge ultrapassar.

As estruturas de base do BE têm de adquirir direito à palavra, à opinião e à decisão, vencendo as grandes deficiências em matéria de circulação de informação, que se manifestam também na desvalorização da Mesa Nacional por parte da Comissão Política, limitando-se os diferentes órgãos do partido, incluindo a Mesa Nacional, ou a tomar conhecimento, muitas vezes pela comunicação social, ou a ratificar decisões já dadas como adquiridas.

Por outro lado, muitas das iniciativas ou campanhas de propaganda que, pela sua exposição mediática, marcam todo o partido, devem ser previamente discutidas a nível regional e local e não surgirem a partir do Grupo Parlamentar ou da Comissão Política.

Só com a aproximação entre a base e o topo do BE se consegue desenvolver a mobilização dos aderentes e aumentar significativamente as taxas de participação em plenários e em eleições internas, atualmente baixíssimas, mesmo quando se destinam a determinar matérias tão relevantes como programas e listas de candidatura às legislativas.

O BE precisa de mais mecanismos de potenciação da participação das bases, capazes tanto de levar a Direção junto das estruturas locais como levar estas junto da Direção, achatando a estrutura piramidal existente, que as distancia. Precisa de sistemas de votação mais robustos e transparentes, mais abertos à expressão de toda a diversidade interna do partido. Há que valorizar a figura do referendo interno e, quando necessário, recorrer a esse instrumento novo na vida partidária.

A disputa em torno do controlo do aparelho, numa lógica de perpetuação da influência partilhada e exclusiva das grandes tendências, empobrece a capacidade de intervenção, marginaliza competências de muitos aderentes e mina a democracia interna. **É inaceitável que todas as opções estratégicas sejam decididas pelas cúpulas** das tendências principais, sem que haja qualquer participação e discussão nas bases. Não pactuaremos com essa lógica.

A participação dos aderentes na vida do BE deve ser presencial, particularmente nos processos eletivos e referendários. A proporcionalidade e a integração de todas as sensibilidades devem refletir-se em todos os órgãos, nas iniciativas públicas e na composição das listas para deputados, adicionando a este critério o da aptidão e perfil político mais adequado para o desempenho de tarefas concretas, dispensando os acordos exteriores aos órgãos estatutariamente consignados, que os condicionam, o que tem efeitos graves no afastamento de aderentes, incluindo quadros com grande potencial. Os acordos leoninos entre tendências,

plataformas e grupos não podem ser fracionais, discriminatórios ou asfixiantes da vida interna do Bloco.

Cinco medidas para aprofundar a democracia na vida interna do Bloco

- O pagamento da quota anual constitui um vínculo fundamental do aderente em relação à organização e nesse estrito sentido o pagamento de uma quota, mesmo que simbólica no caso de aderentes desempregados ou em situações económicas difíceis, deve ser implementado.
- Os atos eletivos ou referendários são presenciais.
- Na composição dos órgãos eletivos prevalece o princípio da proporcionalidade.
- As minutas e memorandos das reuniões devem ser distribuídas um máximo de duas semanas após as reuniões a que se reportam.
- O Correio da Mesa Nacional deve voltar a ser distribuído por todos os aderentes.

O Bloco de Esquerda não pode contemporizar com práticas que atentam contra a democraticidade e a transparência da sua vida interna, como as que ocorreram em Matosinhos e em que o sistema de voto por correspondência continua a distorcer a lisura dos processos e a ser um factor de conflituosidade interna.

Defendemos o reforço das competências e da independência da Comissão de Direitos, e das comissões de inquérito que se possam constituir, em relação aos órgãos e tendências do Bloco, tratando de modo efectivo e consequente da resolução dos conflitos e das transgressões estatutárias. Se só uma prática democrática profunda permite combater para evitar problemas dessa natureza, estes, uma vez identificados e demonstrados não podem ser colocados para debaixo do tapete, como se de nada se tratasse.

É de vida democrática, para além das correntes, de mais espaço político interno onde possam emergir, instalarem-se e consolidarem-se dinâmicas verdadeiramente democráticas e participativas, de cima abaixo, em todas as estruturas e envolvendo todos os aderentes, que o Bloco necessita!

Arco-íris de todas as lutas

Arsenalistas na revolução de Setembro de 1836, patuleias dez anos depois, socialistas republicanos, radicais, anarquistas na viragem do século, carbonários nas barricadas da Rotunda no 5 de Outubro de 1910, sindicalistas revolucionários na luta de classes que atravessou a República, não intervencionistas face à primeira guerra mundial, partidários da revolução soviética, comunistas, socialistas de várias tendências, anarquistas contra a ditadura militar e o fascismo em Portugal, abrilistas radicais de todas as cores nos anos brasa de 74-75, sobreviventes da ressaca dura dos anos 80, partidários de todas as causas libertadoras – feministas, LGBT, ecossocialistas, antinucleares, sindicalistas, militantes contra a guerra, ativistas pela solidariedade com os povos oprimidos, anti-racistas, **é no Bloco de Esquerda que nos reencontramos, levantando a memória histórica da liberdade e da emancipação social, arco-íris de todas as lutas.**